



CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013  
AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

---

PROVA PREAMBULAR

DATA: 24/3/2013

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

Leia com a máxima atenção e cumpra, **rigorosamente**, as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das Provas e das Normas que regem este Concurso.

1. Este caderno é composto de 22 folhas, numeradas de 1 a 22, contendo 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha, numeradas de 1 a 100.
2. Verifique se ele está completo, caso contrário, solicite ao fiscal da sala que lhe entregue um novo caderno para substituição.
3. Todas as questões das provas têm o mesmo valor, totalizando 100 (cem) pontos.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de resposta, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Somente uma delas constitui resposta à formulação proposta. Preencha o espaço para marcação, na folha de respostas (folha óptica), correspondente à alternativa que, no seu entender, indica a resposta de cada questão. **Use somente caneta esferográfica de cor azul ou preta.**
5. Serão consideradas erradas as questões não assinaladas na folha de respostas, bem como as questões que contenham emenda, rasura ou mais de uma resposta assinalada.
6. O candidato tem cinco horas para a resolução da prova e entrega da folha de respostas.
7. O candidato deve assinar sua folha de respostas, antes do início das provas, conforme a assinatura que consta no documento de identidade apresentado.
8. O candidato deve abster-se de fazer perguntas relacionadas à compreensão e à formulação das questões: a interpretação faz parte da prova.
9. Não será permitida a consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, bem como a comunicação entre os candidatos e o uso de celulares e equipamentos eletrônicos.
10. Depois de iniciada a prova, qualquer comunicação ou tentativa de comunicação entre os candidatos, bem como a constatação de consulta a qualquer apontamento ou equipamento eletrônico, implicará a retirada da prova e a consequente exclusão do certame.
11. O candidato somente poderá retirar-se do local da prova, portando o caderno de questões, passadas duas horas de seu início.
12. Concluída a prova, após esse prazo (item 11), deverá o candidato entregar ao fiscal da sala apenas a folha de respostas.
13. No caso de qualquer dúvida que surja durante o período de aplicação da prova, basta o candidato levantar o braço para chamar o fiscal.

Boa Prova!

1. Sobre conceito de Constituição e a ordem estabelecida pela Constituição da República é CORRETO dizer que:

- (A) o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese da existência de hierarquia entre normas constitucionais originárias, dando ensejo à declaração de inconstitucionalidade de umas em relação a outras.
- (B) manifestação solene de intenções do Constituinte, o Preâmbulo da Constituição da República integra o texto constitucional e, por isso, pode servir como parâmetro de controle de constitucionalidade.
- (C) a noção de bloco de constitucionalidade ou ordem constitucional global identifica-se com o conjunto dos princípios e normas constitucionais contemplados no texto da Constituição formal.
- (D) em sentido jurídico-positivo, Hans Kelsen identifica Constituição com a norma fundamental hipotética que serve como fundamento lógico de validade do direito positivo.
- (E) os mecanismos institucionais de recepção das convenções internacionais em geral são aplicáveis inclusive aos tratados de integração com os povos da América Latina.

2. Sobre reforma da Constituição da República é INCORRETO dizer que:

- (A) reforma constitucional consiste na modificação do texto da Constituição, através dos procedimentos definidos pelo poder constituinte.
- (B) o exercício válido do poder de reforma constitucional deve observar limites materiais, tanto explícitos quanto implícitos.
- (C) a previsão de revisão constitucional após cinco anos implicou limitação temporal genérica ao poder de reforma constitucional.
- (D) o poder de reforma constitucional não pode ser exercido para alterar prazos previstos em normas constitucionais transitórias.
- (E) mutação constitucional corresponde a um processo informal de mudança da Constituição que se dá sem alteração do texto.

3. Em relação às cláusulas pétreas previstas na Constituição da República, é INCORRETO dizer que:

- (A) a existência de cláusula pétrea sobre determinada matéria não implica imutabilidade absoluta dos dispositivos constitucionais que sobre ela dispõem.
- (B) emenda constitucional que prorroga mandatos eletivos por tempo limitado não ofende a cláusula pétrea que protege o voto direto, secreto, universal e periódico.
- (C) emenda constitucional que cria órgão nacional de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário não viola a cláusula pétrea que protege a separação de poderes.
- (D) os direitos e garantias individuais protegidos por cláusula pétrea identificam-se com os direitos e deveres individuais e coletivos relacionados no art. 5º da Constituição da República.
- (E) é cabível mandado de segurança para impedir deliberação do Congresso Nacional sobre proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

4. No que respeita às normas constitucionais no tempo, é INCORRETO dizer que:

- (A) dá-se repristinação quando restaurada a vigência de norma constitucional revogada, por força da declaração de inconstitucionalidade de norma revocatória decorrente de emenda constitucional.
- (B) a recepção das normas infraconstitucionais anteriores compatíveis com a Constituição nova não se estende a normas editadas em desacordo com a Constituição então vigente.
- (C) desconstitucionalização designa o fenômeno pelo qual normas da Constituição anterior, compatíveis com a Constituição nova, permanecem em vigor com o "status" de normas infraconstitucionais.
- (D) parte da Constituição da República somente entrou em vigor no primeiro dia do quinto mês seguinte ao da sua promulgação.
- (E) as normas infraconstitucionais anteriores incompatíveis materialmente com a Constituição nova são tidas por revogadas, independentemente de previsão expressa nesse sentido.

5. Sobre os direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição da República é INCORRETO dizer que:

- (A) apesar do art. 5º, "caput", limitar sua titularidade "aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País", a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal os tem assegurado a estrangeiros não residentes, mesmo quando não se encontrem no país.
- (B) guardando coerência sistemática com a garantia da inviolabilidade do direito à vida, o art. 5º, XLVII, "a", veda a aplicação de pena de morte em qualquer hipótese.
- (C) o Supremo Tribunal Federal já decidiu que pesquisas com células-tronco embrionárias não violam o direito à vida ou o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (D) a garantia do direito de propriedade não exclui a possibilidade de desapropriação, que, na hipótese de bem que não esteja cumprindo sua função social, não requer justa e prévia indenização em dinheiro.
- (E) a garantia da irretroatividade da lei, prevista no art 5º, XXXVI, não pode ser invocada pela entidade estatal que a tenha editado.

6. Em tema de concursos públicos, não viola as garantias constitucionais de igualdade:

- (A) estabelecer limite de idade para a inscrição, em atenção à natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- (B) permitir ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público específico, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- (C) impor veto não motivado à participação de candidato.
- (D) sujeitar o candidato a exame psicotécnico sem previsão legal.
- (E) estabelecer como título o mero exercício de função pública.

7. Sobre os direitos sociais e políticos previstos na Constituição da República, é CORRETO dizer que:

- (A) as normas que definem os direitos sociais não tem aplicação imediata, uma vez que a determinação constante do art. 5º, § 1º, diz respeito apenas aos direitos e deveres individuais e coletivos.
- (B) o direito social à moradia não constava do texto promulgado em 5 de outubro de 1988, tendo sido incluído posteriormente no art. 6º, através da Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010.
- (C) em que pese o direito à proteção da relação de emprego, decorrente do art. 7º, I, a concessão da aposentadoria voluntária ao trabalhador tem por efeito extinguir, instantânea e automaticamente, o seu vínculo de emprego.
- (D) a dissolução do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade do cônjuge "do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito", prevista no art. 14, § 7º.
- (E) nos termos do art. 14, § 9º, aos casos de inelegibilidade expressos no texto constitucional poderão ser acrescentados outros, mediante lei ordinária, para o fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato e a normalidade e legitimidade das eleições.

8. No que respeita à tutela constitucional do direito à saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A responsabilidade pelo atendimento do direito à saúde é solidária, abrangendo todos os entes que compõem a Federação.
- (B) A saúde é direito garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo-se ao Estado a obrigação de possibilitar o efetivo acesso aos serviços públicos de saúde.
- (C) Não é atribuição do sistema único de saúde participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- (D) É competência da União estabelecer, mediante lei complementar, as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.
- (E) A participação de instituições privadas no sistema único de saúde é livre, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

9. Considerando as normas constitucionais sobre competências dos membros da Federação, é INCORRETO dizer que:

- (A) usurpa competência privativa da União norma estadual que veda ato discriminatório ou atentatório contra a mulher no decorrer de processo seletivo para sua admissão ao trabalho, durante a jornada ou no momento de sua demissão.

- (B) usurpa competência privativa da União norma estadual que concede isenção do pagamento de multas de trânsito a ambulâncias, viaturas das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros.
- (C) usurpa competência privativa da União norma municipal que dispõe sobre a instalação de equipamentos destinados a garantir conforto e segurança aos clientes de agências bancárias.
- (D) usurpa competência privativa dos Municípios norma estadual que dispõe sobre a vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito, em caso de dupla vacância.
- (E) usurpa competência privativa dos Municípios norma estadual que regulamenta o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do Estado.

10. Consideradas as normas constitucionais sobre organização do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A expressão "população diretamente interessada" (art. 18, § 3º) tem o sentido de ser necessária a consulta a toda a população afetada pela modificação territorial, o que, no caso de desmembramento de Estado, deve envolver tanto a população do território a ser desmembrado, quanto a do território remanescente.
- (B) Sendo o Brasil um Estado laico, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer qualquer forma de colaboração com cultos religiosos, igrejas ou seus representantes (art. 19, I).
- (C) Nas matérias de competência legislativa privativa da União (art. 22), os Estados podem ser autorizados a legislar sobre questões específicas, desde que o façam mediante lei complementar.
- (D) Por força do princípio da simetria, decorrente da necessária observância dos princípios da Constituição da República (art. 25), as regras do processo legislativo federal devem ser integralmente reproduzidas no âmbito estadual.
- (E) Ofende a autonomia constitucional dos Municípios (art. 30, IV) norma que impõe a observância de legislação estadual no que tange à criação, organização e supressão de distritos.

11. Não se inclui entre as competências privativas da União (art. 22) legislar sobre:

- (A) sistemas de consórcios e sorteios.
- (B) seguridade social.
- (C) registros públicos.
- (D) produção e consumo.
- (E) propaganda comercial.

12. Em relação ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade é INCORRETO dizer que:

- (A) a ação civil pública não pode ser utilizada como instrumento de controle abstrato de constitucionalidade, mas é instrumento idôneo de controle incidental de constitucionalidade.
- (B) embora o controle político de constitucionalidade seja, via de regra, preventivo, a Constituição da República admite hipóteses de controle político repressivo.
- (C) a cláusula de reserva de plenário é violada por decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- (D) em razão de seu caráter subsidiário, a arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser conhecida como ação direta de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) no processo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão não se admite a concessão de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal.

13. Sobre controle de constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal é CORRETO dizer que:

- (A) dentre as possibilidades de atuação processual do terceiro admitido como "amicus curiae" em processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade não se inclui o direito de produzir sustentação oral.
- (B) a ação direta de inconstitucionalidade proposta por partido político será julgada mesmo que o partido perca, após a propositura da ação, sua representação no Congresso Nacional.
- (C) quando apreciar ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o Tribunal deverá, previamente, promover a citação do Advogado-Geral da União para que se manifeste no processo.

- (D) na arguição de descumprimento de preceito fundamental poderá ser deferida medida liminar para que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, inclusive decorrentes de coisa julgada.
- (E) por se tratar de processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade, não é possível, em ação declaratória de constitucionalidade, declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo.

14. Em relação à organização dos poderes na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul é INCORRETO dizer que:

- (A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.
- (B) as leis vigorarão a partir do décimo quinto dia de sua publicação oficial, salvo se, para tanto, estabelecerem outro prazo.
- (C) não poderá ser negada qualquer informação, a pretexto de sigilo, ao Tribunal de Contas.
- (D) o Estado será citado na pessoa de seu Procurador-Geral.
- (E) os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

15. Segundo a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, não pode propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual:

- (A) entidade de classe de âmbito estadual.
- (B) entidade de defesa do meio ambiente, legalmente constituída.
- (C) entidade de defesa dos interesses comunitários, legalmente constituída.
- (D) entidade de defesa dos direitos humanos, legalmente constituída.
- (E) entidade de defesa dos consumidores, legalmente constituída.

16. Assinale a alternativa que contém princípio inserido no texto da Constituição da República Federativa do Brasil pela Emenda Constitucional nº 19/98

- (A) segurança jurídica;
- (B) motivação;
- (C) eficiência;
- (D) razoabilidade;
- (E) proporcionalidade.

17. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas deve ter caráter educativo, informativo e de orientação social, dela devendo constar o nome e a imagem dos agentes públicos responsáveis pela divulgação;
- (B) Tendo em vista o princípio da moralidade administrativa, exige-se do administrador atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
- (C) Pelo princípio da legalidade da administração pública, o administrador pode fazer tudo o que não esteja proibido por lei;
- (D) Tendo em vista a supremacia do interesse público sobre o privado, o administrador público pode restringir os direitos individuais, independentemente de lei, para fazer valer a vontade da Administração Pública;
- (E) O princípio da eficiência justifica a demissão de servidores públicos incompetentes sem processo administrativo prévio.

18. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A presunção de legitimidade dos atos administrativos admite prova em contrário, mas o ônus de provar a ilegitimidade é do particular frente à Administração;
- (B) A imperatividade dos atos administrativos admite a arbitrariedade da Administração em situações em que a atuação punitiva se imponha;
- (C) A autoexecutoriedade dos atos administrativos é absoluta e está presente em todos os atos administrativos;

- (D) Os atos administrativos podem ser objeto de questionamento, razão pela qual não estão acompanhados de presunção de veracidade;
- (E) Os atributos dos atos administrativos tornam ilegais os atos administrativos negociais.

19. Acerca da revogação e da anulação do ato administrativo, é CORRETO afirmar-se que:

- (A) Ambas decorrem da ilegalidade da atuação administrativa;
- (B) Ambas podem ser realizadas pelo Poder Judiciário, no exercício do controle jurisdicional, como instrumento de controle da atividade administrativa;
- (C) Ambas retroagirão à data em que o ato for praticado;
- (D) Ambas se dão no âmbito da discricionariedade administrativa;
- (E) Ambas podem ser realizadas pela autoridade administrativa competente, no exercício da autotutela administrativa.

20. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O concurso adota o tipo melhor técnica;
- (B) O leilão só pode ser utilizado para a alienação de bens móveis, sem que possa ser utilizado para qualquer alienação de bens imóveis;
- (C) As modalidades de licitação têm, todas, um objeto determinado para que possam ser utilizadas;
- (D) É dispensável a licitação para a locação de bem imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado;
- (E) A dispensa da licitação depende da inviabilidade de competição.

21. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá ser contratada com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (B) Na licitação do tipo melhor técnica não há apresentação de proposta de preço;
- (C) A licitação pode ser revogada a qualquer tempo, por critérios de conveniência ou oportunidade da Administração, ainda que a causa da revogação seja preexistente;
- (D) O critério de aceitabilidade de preços é item dispensável do Edital;
- (E) Os contratos administrativos podem ser alterados a qualquer tempo, com fundamento na alteração dos planos de governo do gestor.

22. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A autarquia somente pode ser criada por lei, mas sua extinção pode ser feita por decreto do Chefe do Poder Executivo;
- (B) A sociedade de economia mista passa a ter personalidade jurídica desde que publicada a lei que autoriza a sua criação;
- (C) As autarquias não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado;
- (D) Os consórcios públicos são convênios firmados entre entes da Administração Pública para atingir propósitos comuns;
- (E) Os entes da Administração direta têm suas personalidades jurídicas de direito público advindas da Constituição, que lhes atribui as respectivas competências.

23. Relativamente às Parcerias Público-Privadas, é CORRETO afirmar-se que:

- (A) o prazo de vigência do contrato é compatível com a amortização dos investimentos, desde que não ultrapasse 50 anos de vigência;
- (B) o valor não pode ser inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (C) haverá o desempenho de atividades regulatórias pelo parceiro privado;
- (D) o parceiro privado tem a faculdade de constituir sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria;

(E) como o procedimento licitatório admite a inversão das fases de habilitação e julgamento, a modalidade a ser utilizada é o pregão.

24. Em face da Constituição da República Federativa do Brasil em vigor é viável o acúmulo remunerado:

- (A) de cargo efetivo com os proventos de aposentadoria em cargo efetivo;
- (B) dos proventos de aposentadoria em cargo efetivo com cargo em comissão;
- (C) de cargos públicos de professor, independentemente da quantidade, desde que haja compatibilidade de horários;
- (D) de cargo público efetivo com emprego público em sociedade de economia mista;
- (E) de funções públicas de secretário de estado com direção de autarquia, desde que exercida por servidor de provimento efetivo.

25. Assinale a alternativa CORRETA

- (A) Os bens de uso comum do povo, os bens de uso especial e os bens dominicais são inalienáveis;
- (B) Os bens públicos são impenhoráveis, mas podem ser dados em garantia para negócios que o Poder Público necessite;
- (C) Os bens dominiais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião;
- (D) Os bens de uso comum do povo podem ser utilizados pelo particular, desde que haja uma licença especial do Poder Público;
- (E) As entidades administrativas podem ceder gratuitamente o uso de bens do patrimônio administrativo para sindicatos ou associações de servidores públicos.

26. NÃO constitui efeito da declaração de utilidade pública:

- (A) tornar pública a intenção do Poder Público de desapropriar o bem;
- (B) autorizar as autoridades administrativas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial;
- (C) dar início ao prazo de cinco anos, a contar da publicação do decreto, para efetivar a desapropriação, findos os quais este caducará;
- (D) viabilizar que a desapropriação se efetive por escritura pública ou por ação judicial de desapropriação;
- (E) impedir o licenciamento de obra pública.

27. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Para que o Estado seja responsabilizado patrimonialmente, é necessário que o agente do Poder Público esteja agindo nessa qualidade;
- (B) A responsabilidade patrimonial da Administração prescinde da existência de dano;
- (C) Tendo em vista que a responsabilidade civil da Administração é objetiva, o nexo de causalidade pode ser indireto e mediato;
- (D) A responsabilização patrimonial da Administração está condicionada a que o serviço público seja mal executado, não executado ou executado tardiamente;
- (E) A indenização por dano moral tem valor fixo para cada caso, vedada a modificação do valor, tendo em vista o princípio da isonomia.

28. No processo administrativo, NÃO constitui direito do administrado:

- (A) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;
- (B) apresentar as provas que demonstrem a verdade dos fatos, independentemente do meio utilizado para obtê-las;
- (C) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos nele contidos e conhecer as decisões proferidas;
- (D) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;
- (E) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

29. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir;
- (B) Os atos do processo devem ser realizados em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo;
- (C) Em face da Lei 9.784/99, inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo de força maior;
- (D) São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos;
- (E) são assegurados no processo administrativo a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

30. Assinale a alternativa que contém fato típico de improbidade administrativa que admite a culpa como integrante do tipo:

- (A) receber, para si ou para outrem, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo, emprego, mandato ou função pública;
- (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;
- (C) negar publicidade aos atos oficiais;
- (D) qualquer ação ou omissão que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades administrativas;
- (E) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

31. A atividade financeira do Estado é aquela que:

- (A) Limita-se ao depósito das disponibilidades de caixa do Tesouro em aplicações financeiras
- (B) Visa a obter recursos financeiros para a satisfação de necessidades públicas, através da realização de despesas públicas
- (C) Limita-se à arrecadação de tributos
- (D) Limita-se ao pagamento de despesas
- (E) Verifica-se apenas quando da alienação de bens públicos

32. Assinale a alternativa que NÃO contém ressalva à incidência do princípio orçamentário da não afetação:

- (A) Destinação de recursos para ações e serviços públicos de saúde
- (B) Destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino
- (C) Destinação de recursos para realização de atividades de administração tributária
- (D) Destinação de recursos para investimentos em obras destinadas à Copa do Mundo de 2014 ou à Olimpíada de 2016
- (E) Destinação de recursos para prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita

33. O §5º do art. 165 da Constituição da República dispõe que "A lei orçamentária anual compreenderá:  
 I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta (...)  
 II – o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital (...)  
 III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos (...)".  
 Assinale a alternativa que nomeia o princípio orçamentário relativo ao referido comando constitucional:

- (A) Não afetação
- (B) Exclusividade
- (C) Anterioridade
- (D) Universalidade
- (E) Programação

34. A lei orçamentária anual que contiver artigo autorizando a abertura de créditos suplementares excepcionará o princípio da:

- (A) Exclusividade
- (B) Anterioridade
- (C) Universalidade
- (D) Não afetação
- (E) Anualidade

35. Assinale a alternativa CORRETA quanto à posição do Tribunal de Contas em face dos Poderes de Estado:

- (A) Poder independente
- (B) Órgão subordinado ao Poder Legislativo
- (C) Órgão subordinado ao Poder Judiciário
- (D) Órgão subordinado ao Poder Executivo
- (E) Órgão autônomo de extração constitucional

36. Assinale a assertiva CORRETA quanto ao controle interno e externo e à fiscalização da Administração Pública:

- (A) Os responsáveis pelo controle interno são isentos de qualquer obrigação para com o Tribunal de Contas
- (B) O controle externo está a cargo do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas, este com competências próprias
- (C) A fiscalização da Administração Pública tem natureza apenas contábil
- (D) Somente as pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas a prestações de contas
- (E) A legitimidade dos atos administrativos não pode ser objeto de fiscalização

37. O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais de Prefeito:

- (A) Pode ser contrariado por maioria simples da Câmara de Vereadores
- (B) Somente pode ser contrariado por maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores
- (C) Somente pode ser contrariado por maioria de três quintos dos membros da Câmara de Vereadores
- (D) Somente pode ser contrariado por maioria de dois terços dos membros da Câmara de Vereadores
- (E) Não pode ser contrariado pela Câmara de Vereadores

38. Assinale a assertiva CORRETA quanto ao exercício das competências do Tribunal de Contas:

- (A) A aplicação de multa pelo Tribunal de Contas pode se dar em face de irregularidade de contas ou de ilegalidade de despesa
- (B) A sustação da execução de ato impugnado pelo Tribunal de Contas depende de ordem judicial
- (C) As decisões do Tribunal de Contas que determinam a devolução de valores, se descumpridas, NÃO possuem eficácia de título executivo
- (D) As inspeções e auditorias do Tribunal de Contas somente são efetuadas mediante requerimento do Poder Legislativo
- (E) O Tribunal de Contas pode apreciar, para fins de registro, as nomeações para cargos comissionados

39. Assinale a assertiva CORRETA quanto à Lei Complementar nº 101/2000:

- (A) Suas disposições obrigam apenas a União, os Estados e o Distrito Federal
- (B) Dispõe sobre a despesa pública, omitindo referência à receita pública
- (C) Limita a despesa total com pessoal dos Estados a 60% da receita corrente líquida
- (D) Computa, na verificação do atendimento dos limites com despesas com pessoal, as relativas a incentivos à demissão voluntária
- (E) Delega aos entes federados a definição dos percentuais da repartição entre os Poderes dos limites globais com despesas de pessoal

40. Assinale a alternativa CORRETA quanto à repartição dos limites globais com despesas de Pessoal da União preconizada pela Lei Complementar nº 101/2000 :

- (A) No percentual estabelecido para o Poder Legislativo está incluído o Tribunal de Contas da União
- (B) No percentual estabelecido para o Poder Judiciário está incluído o Ministério Público da União
- (C) No percentual estabelecido para o Poder Executivo NÃO estão incluídas as Forças Armadas
- (D) A repartição dos limites globais se dará em percentuais estabelecidos por Decreto
- (E) A repartição dos limites globais se dará em percentuais estabelecidos pelo Plano Plurianual

41. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) compete aos Estados instituir imposto sobre transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- (B) a União somente pode instituir os impostos previstos no art. 153 da Constituição Federal (imposto sobre importação; exportação; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural e grandes fortunas);
- (C) em caso de guerra externa, a União e os Estados podem instituir impostos extraordinários;
- (D) a União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos não incluídos em sua competência privativa, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição;
- (E) é vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados e dos Municípios em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações.

42. De acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça é CORRETO afirmar que:

- (A) a dissolução irregular da sociedade implica responsabilidade solidária dos gerentes pelos créditos tributários devidos pela sociedade;
- (B) o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera a responsabilidade solidária do sócio-gerente;
- (C) não é possível presumir dissolvida irregularmente a empresa simplesmente por ter deixado de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes;
- (D) para que seja promovido o redirecionamento da execução fiscal para o sócio gerente é necessário que este conste como responsável na certidão de dívida ativa que instrui a execução fiscal;
- (E) mesmo nas hipóteses de dissolução irregular da sociedade, deverá necessariamente ser proposta nova execução fiscal contra o gerente, vedado o redirecionamento da execução originalmente proposta contra a sociedade.

43. É causa de suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

- (A) o lançamento;
- (B) o recurso administrativo;
- (C) a concessão da medida cautelar fiscal;
- (D) a prescrição;
- (E) o protesto.

44. Tendo em conta a decisão adotada a respeito do tema pelo Supremo Tribunal Federal (RE 566.621/RS), é CORRETO afirmar a respeito do prazo para pleitear a restituição de pagamento indevido no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação:

- (A) o prazo é sempre de cinco anos a partir do pagamento indevido;
- (B) o prazo é sempre de cinco anos a partir da homologação expressa ou tácita, resultando (no caso de homologação tácita) em dez anos do pagamento indevido (tese dos cinco mais cinco);
- (C) o prazo é de cinco anos a partir do pagamento indevido no caso de ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 e de cinco anos a partir da homologação expressa ou tácita, resultando (no caso de homologação tácita) em dez anos a partir do pagamento indevido (tese dos cinco mais cinco) no caso de ações ajuizadas anteriormente à entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005;

- (D) o prazo é de cinco anos a partir do pagamento indevido no caso de pagamentos efetuados após a entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 e de cinco anos a partir da homologação expressa ou tácita, resultando (no caso de homologação tácita) em dez anos a partir do pagamento indevido (tese dos cinco mais cinco) no caso de pagamentos efetuados anteriormente à entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005;
- (E) o prazo é sempre de dez anos a partir do pagamento indevido, independente de ter havido homologação expressa ou tácita.

45. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a inscrição em dívida ativa gera presunção relativa de certeza e liquidez do crédito;
- (B) a inscrição em dívida ativa gera presunção absoluta de certeza e liquidez do crédito;
- (C) a inscrição em dívida ativa não gera presunção de certeza e liquidez do crédito, cabendo ao credor o ônus de provar a respectiva certeza e liquidez;
- (D) a inscrição em dívida ativa gera presunção relativa de certeza e presunção absoluta de liquidez do crédito;
- (E) a inscrição em dívida ativa gera presunção absoluta de certeza e presunção relativa de liquidez do crédito.

46. Em relação ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e de acordo com a jurisprudência atualmente dominante no Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO dizer:

- (A) incide sobre o pagamento de férias não gozadas por necessidade de serviço;
- (B) não incide sobre valor recebido a título de indenização por dano moral;
- (C) incide sobre o pagamento de licença prêmio não gozada por necessidade do serviço;
- (D) incide sobre o adicional de um terço aplicável sobre indenização de férias proporcionais;
- (E) não incide sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas.

47. Em face da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o Conselho Nacional do Meio Ambiente é:

- (A) órgão superior;
- (B) órgão consultivo e deliberativo;
- (C) órgão central;
- (D) órgão executor;
- (E) órgão seccional.

48. Relativamente à responsabilidade civil por dano ambiental é INCORRETO afirmar-se que:

- (A) É o poluidor obrigado, independentemente de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros;
- (B) O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente;
- (C) É possível a responsabilização por dano ambiental em face de conduta omissiva;
- (D) A ação popular e a ação civil pública podem ser utilizadas como instrumento para a responsabilização por dano causado ao meio ambiente;
- (E) A responsabilização por dano ambiental, em face da adoção da teoria do risco integral, dispensa a presença do nexa causal entre a ação ou omissão e o dano ambiental ocorrido;

49. Em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos, é INCORRETO afirmar-se que:

- (A) a água é um bem de domínio público;
- (B) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- (C) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- (D) a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada no âmbito da União;
- (E) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

50. Tendo em vista a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o prazo de validade de cada tipo de licença será estabelecido pelo órgão ambiental competente, sendo que o prazo de validade da licença prévia não poderá ser superior a:

- (A) 20 anos;
- (B) 15 anos;
- (C) 10 anos;
- (D) 6 anos;
- (E) 5 anos.

51. Leia o fragmento abaixo e escolha a alternativa que faz uma afirmativa INCORRETA sobre o fragmento abaixo.

Eu sei, o conceito de cultura é mais abrangente que bolsa de mulher. Dentro dele há de tudo e quase tudo que não há também cabe. Então tratemos de nos entender: 1º) por falta de outra palavra, "cultura" designa, aqui, o bem colhido por quem busca prazer e elevação do espírito no conhecimento e na arte; e 2º) quando me refiro às vertentes do conhecimento estou falando, principalmente, de filosofia, política, direito, história e religião. (PUGGINA, Percival. In: Zero Hora, 17 de junho de 2012. ARTIGOS, pág. 14. Fragmento)

- (A) É correto substituir a primeira vírgula por um sinal de dois pontos.
- (B) É correto o acréscimo de uma vírgula depois da expressão DENTRO DELE, sem que isso provoque qualquer tipo de alteração no contexto em que a expressão se encontra.
- (C) A vírgula depois do adjetivo AQUI, no terceiro período do texto, poderia ser retirada sem qualquer prejuízo para o contexto.
- (D) No item 2º do texto, há um erro de pontuação que se caracteriza pela ausência de vírgula no final da oração subordinada adverbial temporal.
- (E) As três últimas vírgulas do texto se justificam pela enumeração de termos que representam o complemento do verbo FALAR.

52. Assinale a alternativa cuja redação atende aos padrões da língua escrita culta.

- (A) Quando começam a serem ouvidas, quase todo dia palavras que ninguém ouvia antes, é bom prestar atenção – estão criando confusão na língua portuguesa e raramente isso resulta em alguma coisa boa.
- (B) No mundo dos três poderes e, da política em geral, por exemplo, fala-se cada vez mais um idioma que têm cada vez menos semelhança com a linguagem de utilização corrente pelo público. As preferências, aí, variam de acordo como quem está falando.
- (C) A ministra da Casa Civil colocou no mapa a palavra "escandalização", a qual acrescentou um "do nada", para descrever o noticiário sobre o dossiê (ou banco de dados, como ela prefere) feito na Casa Civil com informações incômodas para o governo anterior.
- (D) Mais recentemente, o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, contribuiu com o seu "espetacularização"; foi a palavra, vinda de uma língua desconhecida, que selecionou para manifestar seu desagrado quanto a colocação de algemas no banqueiro Daniel Dantas, durante as operações da Polícia Federal de que lhe valeram o desconforto de algumas horas na prisão.
- (E) "Obstaculização", "fulanização" ou "desconstitucionalização" são outras das preferidas do momento, sendo certo que existe, por algum motivo, uma atração especial por palavras que acabam em "zação". (J. R. Guzzo)

53. Leia o fragmento de texto e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

"Eis aqui um programa de cinco anos para resolver o problema da falta de autoconfiança do brasileiro na sua capacidade gramatical e ortográfica.

Em vez de melhorar o ensino, vamos facilitar as coisas, afinal, o português é difícil demais mesmo. Para não assustar os poucos que sabem escrever, nem deixar mais confusos os que ainda tentam acertar, faremos tudo de forma gradual.

No primeiro ano, o Ç vai substituir o S e o C sibilantes, e o Z o S suave. Peças que açeçam a internet com frequência vão adorar, principalmente os adolescentes. O C duro e o QU em que o U não é pronunciado çerão trocados pelo K, já ke o çom é ekivalente."(Autor desconhecido)

O fragmento do texto acima propõe uma "simplificação ortográfica" e, já no terceiro parágrafo, grafa as palavras de acordo com a proposta apresentada no início do texto. Se esse parágrafo fosse escrito atendendo à correção gramatical, a reescritura adequada seria a proposta por qual alternativa abaixo?

- (A) No primeiro ano, o Ç vai substituir o S e o C sibilantes, e o Z o S suave. Pessoas que acessam a internet com frequência vão adorar, principalmente os adolescentes. O C duro e o QU em que o U não é pronunciado serão trocados pelo K, já que o som é equivalente."
- (B) No primeiro ano, o Ç vai substituir o S e o C sibilantes, e o Z, o S suave. Pessoas que acessam a internet com frequência vão adorar, principalmente os adolescentes. O C duro e o QU, em que o U não é pronunciado, serão trocados pelo K, já que o som é equivalente."
- (C) No primeiro ano, o Ç vai substituir o S e o C sibilantes, e o Z, o S suave. Pessoas que acessam a internet com frequência vão adorar, principalmente os adolescentes. O C duro e o QU em que o U não é pronunciado serão trocados pelo K, já que o som é equivalente."
- (D) No primeiro ano, o Ç vai substituir o S e o C sibilantes, e o Z o S suave. Pessoas que acessem a internet com frequência vão adorar, principalmente os adolescentes. O C duro e o QU em que o U não é pronunciado serão trocados pelo K, já que o som é equivalente."
- (E) No primeiro ano, o Ç vai substituir o S e o C sibilantes, e o Z, o S suave. Pessoas que acessam a internet com frequência vão adorar, principalmente os adolescentes. O C duro e o QU em que o U não é pronunciado serão trocados pelo K, já que o som é equivalente."

54. Considere o fragmento abaixo para responder à questão.

"Todas as profissões tem suas visões do que é felicidade. Monges budistas definem felicidade como a busca do desapego. Autores de livros de autoajuda dizem que é estar bem consigo mesmo, 'fazer o que se gosta' ou 'ter coragem de sonhar alto'.

Mas a ideia é mais ou menos esta: todos nós temos desejos, ambições e desafios que podem ser definidos como o mundo em que você quer abraçar. Ser rico, ser famoso, acabar com a miséria do mundo casar com um príncipe encantado, jogar futebol e assim por diante. Até ai tudo bem. Imagina seus desejos como uma bola inflável e que você está dentro dela. Você sempre poderá ser mais ou menos ambicioso, inflando ou desinflando esta bola enorme que será o seu mundo possível. É o mundo a que você ainda não sabe dominar." (Stephen Kanitz)

Para que esse fragmento fique de acordo com a norma escrita culta é necessário corrigir:

- (A) situações de concordância, de regência e de acentuação gráfica, entre outras.
- (B) somente situações de concordância e de acentuação gráfica.
- (C) somente situações de pontuação e de concordância.
- (D) somente situações de concordância e pontuação.
- (E) somente situações de regência e de acentuação gráfica.

55. Considere o fragmento abaixo para a questão.

"Neste primeiro artigo de 2009, sinto-me tomado por uma indecisão: devo escrever como o Sarney quer que eu escreva? Para os desavisados, não custa lembrar que estão em vigor as novas regras de ortografia para os países que falam a língua portuguesa, o que inclui o Brasil. O feito é resultado das maquinações cerebrais de ninguém menos que José Sarney, que, desde a década de 1990, vinha tentando emplacar a adesão do Brasil à reforma ortográfica.

Grandes intelectuais, escritores e estudiosos brasileiros já se manifestaram contra a reforma baseados em inúmeros argumentos. A maior violência da reforma, segundo penso, reside no fato de que ela não considera a língua um elemento de coesão nacional, mas um produto de barganha comercial e geopolítica típico do pensamento pré-inteligível da maioria de nossos políticos."

(ROLT, Clóvis da. In: Zero Hora, 4/1/2009. Reforma ortográfica: não engula este engodo! Fragmento).

Qual a alternativa que propõe uma modificação que mantém o texto CORRETO?

- (A) A colocação do pronome oblíquo ME, na primeira linha do texto, para depois do participio.
- (B) A exclusão do artigo definido antes do nome SARNEY, no primeiro período do texto.
- (C) A exclusão da vírgula depois do pronome relativo QUE no período: O feito é resultado das maquinações cerebrais de ninguém menos que José Sarney, que, desde a década de 1990, vinha tentando emplacar a adesão do Brasil à reforma ortográfica.
- (D) O acréscimo da preposição DE, depois do verbo LEMBRAR, na segunda linha do texto.
- (E) O acréscimo da preposição A na expressão AS NOVAS REGRAS DE ORTOGRAFIA, e o consequente uso do acento grave sinalizando a crase.

56. "Desde há muito os psiquiatras, desde há algum tempo os cardiologistas, e mais recentemente os imunologistas têm apontado o ranço como uma patologia, sub-reptícia, traiçoeira, que vai minando as reservas psíquicas do indivíduo até afetar a sua saúde orgânica e se exteriorizar sob a forma de doença."

Ao ler o fragmento acima, retirado do texto "um Ensaio sobre O Ranço", do Dr. José Camargo, tem-se que o ranço:

- (A) foi apontado como patologia pelos psiquiatras e cardiologistas concomitantemente com os imunologistas.
- (B) se manifesta como uma doença irreversível, traiçoeira e com sintomas muito evidentes.
- (C) interfere no desenvolvimento psicológico de crianças e de adultos.
- (D) tem sido apontado desde um passado distante pelos psiquiatras, desde um passado recente pelos cardiologistas e num tempo mais próximo pelos imunologistas como uma patologia que se manifesta como uma doença.
- (E) que afeta somente a saúde orgânica do indivíduo, embora traga reflexos graves à estrutura psíquica da sociedade.

57. Assinale a alternativa que apresenta um comentário CORRETO sobre a acentuação gráfica do fragmento.

"Talvez os exemplos comovam: fiquemos com o sabiá. É claro que nos deve sensibilizar o calvário dos animais sob risco de extinção (alarmantes 38% das espécies do planeta) e dos que são vítimas de maus-tratos (vide cavalos esquilidos atrelados a carroças, vira-latas arrastados pela cidade, pingüins encharcados de óleo lançado no mar, ursos-polares em agonia pelo degelo etc.). Mas nos fixemos nos solfejos do sabiá. É desnecessário compreender o canto: como lembra Rubem Alves, basta amá-lo. Pois, extasiados com sua melodia, quiçá notemos nela a mensagem de que não somos melhores que os outros animais só porque não aprendemos suas melhores lições. As lições dos selvagens..."

(PHILIPPSEN, Adair. In: Zero Hora, de 3/12/2008. Lições de outros animais. Fragmento)

- (A) Há somente duas palavras acentuadas por serem proparoxítonas relativas ou proparoxítonas terminadas em ditongo crescente.
- (B) A forma verbal AMÁ-LO deveria estar sem acento gráfico, conforme os preceitos do novo acordo ortográfico.
- (C) O substantivo PINGÜINS poderia ter sido grafado sem trema, conforme o novo acordo ortográfico, mas não está incorreta a forma escolhida pelo autor.
- (D) O advérbio SÓ, a forma verbal É e o advérbio QUIÇÁ são palavras acentuadas por serem monossílabos tônicos.
- (E) A conjunção PORQUE poderia receber acento circunflexo, sem que isso causasse modificação na sua classificação morfológica.

58. Assinale a situação em que o segmento indicado deveria receber acento grave sinalizando a crase.

"Porém muita coisa mudou na Língua Portuguesa, desde então. O estilo barroco cedeu lugar A(1) simplicidade dos neoclássicos, o Romantismo brasileiro lançou AS(2) bases de criação de uma língua escrita realmente nacional, veio Machado de Assis (o que significou muito, para nosso idioma), surgiram os tratadistas brasileiros, os juristas brasileiros, os cientistas brasileiros — e, para surpresa de muitos, um dicionarista brasileiro, talvez um dos mais importantes de todos os tempos, Antônio Moraes e Silva, que se tornou a referência obrigatória de todas AS(3) pessoas que escreviam no séc. XIX. Por isso, já soavam mal, em pleno século XX (o que diremos, então, do séc. XXI!), expressões do calibre de cártula chéuica (para cheque), caderno indiciário (para inquérito policial), excelso sodalício (para excelso Tribunal), exordial acusatória (para denúncia ou libelo), remédio heróico (para mandado de segurança), pretórios pátrios (para tribunais brasileiros), caderno repressor (para Código Penal). Essas preciosidades poderiam fazer bonita figura na lista do nosso bom Bluteau, lá na sua Lisboa ainda intacta, antes que o terremoto de 1755 A(4) destruísse — mas hoje só servem para A(5) desqualificação do texto em que aparecem, transformando o final da leitura em um verdadeiro alívio para o pobre leitor."

(MARTINS, Túlio. In: Jornal O Sul – 7/5/2007 - Coluna Ajuris - Colunistas – Pág. 8)

- (A) (1)
- (B) (2)
- (C) (3)
- (D) (4)
- (E) (5)

59. Considere o texto abaixo para a questão e assinale a alternativa CORRETA.

"Deve mesmo haver uma diferença entre ficar e se sentir velho. Como me disse outro dia um jovem médico com benevolência, eu era um jovem de idade. Se assim for, você sabe que ficou (mas que não está) velho quando o passar dos anos - com todas as alegrias, sucessos, doenças, vergonhas, decepções e sofrimentos neles contidos - conferem a você uma inesperada energia e uma imutável e até mesmo intrusiva juventude. pois - que me desculpem os cultores das visadas reducionistas: biológicas, econômicas ou políticas - o simbólico é justamente o ar que escapa do pneumático. O que tem me surpreendido no meu abençoado encontro íntimo e singular com esse mestre dos mestres, o infindável e inexorável senhor Tempo, é descobrir os que não manifestam nenhum estranhamento diante da vida. A começar, pela consciência de que este nosso mundo é maravilhoso porque - embora a morte esteja ao redor e dentro de nós - somos todos englobados pela vida. Há bilhões de astros que brilham no céu eterno e infinito, mas são mortos ou acesos demais para suportar esta nossa vida que enlaça tudo com tudo."

( DA MATTA, Roberto. Quando você sabe que envelheceu.)

- (A) Se a expressão UMA DIFERENÇA for substituída por DIFERENÇAS, somente o verbo auxiliar da locução verbal deve ser colocado no plural.
- (B) O substantivo BENEVOLÊNCIA poderá ser substituído sem prejuízo sintático e semântico por qualquer dos seguintes: bondade, prepotência, soberba, orgulho.
- (C) Ficaria incorreto o acréscimo de um hífen para ligar o verbo auxiliar ao pronome oblíquo na expressão TEM ME SURPREENDIDO.
- (D) As vírgulas que isolam a expressão O INFINDÁVEL E INEXORÁVEL SENHOR TEMPO justificam-se, porque isolam um aposto, e poderiam ser substituídas sem qualquer prejuízo por parênteses.
- (E) Os pronomes demonstrativos usados nos dois últimos períodos do texto estão incorretos porque indicam ação realizada em passado próximo. Por isso, deveriam ser substituídos por ESSE ou variantes.

60. Assinale a afirmação CORRETA:

- (A) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (B) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- (C) Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- (D) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se um dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão mortos na ordem cronológica de suas idades.
- (E) Cessa a incapacidade, para os menores pela colação de grau em curso de ensino médio.

61. Os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro são

- (A) acessões.
- (B) pertenças.
- (C) benfeitorias.
- (D) imóveis por acessão intelectual.
- (E) acréscimos.

62. Acerca do erro, assinale a afirmação INCORRETA:

- (A) o erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- (B) a transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- (C) o erro é substancial quando, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo principal do negócio jurídico.
- (D) o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (E) o erro é acidental quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

63. Sobre prescrição, assinale a afirmação INCORRETA:

- (A) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (B) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- (C) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- (D) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- (E) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

64. Supondo-se uma dívida de dinheiro, no valor total de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) com dois credores, A e B, e quatro devedores solidários, C, D, E e F, na qual B renunciou à solidariedade em favor de C, qual o valor que A pode exigir de D?

- (A) R\$ 1.200.000,00.
- (B) R\$ 900.000,00.
- (C) R\$ 600.000,00.
- (D) R\$ 300.000,00.
- (E) R\$ 150.000,00.

65. Sobre pagamento indevido, assinale a afirmação INCORRETA:

- (A) Não se pode repetir o que se pagou para cumprir obrigação judicialmente inexigível.
- (B) Se aquele que recebeu indevidamente um imóvel o tiver alienado em boa-fé, responde pela quantia recebida mais as perdas e danos, mas o adquirente não fica sujeito à reivindicação pelo que pagou indevidamente.
- (C) Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em contas corrente, não se exige a prova do erro.
- (D) Não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito.
- (E) Se o pagamento indevido tiver consistido no desempenho de obrigação de fazer, aquele que recebeu a prestação fica obrigado a indenizar o que a cumpriu.

66. Acerca do contrato de compra e venda, assinale a afirmação INCORRETA:

- (A) o prazo decadencial para o direito decorrente da retrovenda é de três anos.
- (B) a venda a contento é realizada sob condição suspensiva.
- (C) o prazo para exercer o direito de preempção não poderá exceder a dois anos, se o bem for imóvel.
- (D) na venda com reserva de domínio, a mora é EX RE.
- (E) na venda sobre documentos, a tradição da coisa é substituída pela entrega do seu título representativo.

67. Sobre o contrato de mútuo, assinale a afirmação INCORRETA:

- (A) sempre tem por objeto o empréstimo de bens fungíveis.
- (B) transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário.
- (C) é sempre oneroso.
- (D) como regra geral, não pode ser reavido, quando feito a menor, sem assentimento do seu representante.
- (E) se for de dinheiro, e inexistindo convenção expressa, terá prazo de trinta dias.

68. Assinale a relação que contém, exclusivamente, hipóteses de aquisição da propriedade imóvel.

- (A) registro do título, comistão e adjunção.
- (B) usucapião, aluvião e ocupação.
- (C) aluvião, ocupação e especificação.
- (D) usucapião, registro do título e aluvião.
- (E) avulsão, comistão e adjunção.

69. Assinale o requisito que NÃO está entre aqueles exigidos por lei para constar no requerimento para a inscrição do empresário, considerando não se tratar de microempreendedor.

- (A) nome do empresário.
- (B) objeto da empresa.
- (C) duração da empresa.
- (D) domicílio do empresário.
- (E) sede da empresa.

70. Assinale a alternativa INCORRETA.

Não podem ser administradores da sociedade empresária os condenados (enquanto perdurarem os efeitos da condenação) por crimes

- (A) falimentares.
- (B) contra a economia popular.
- (C) contra as relações de consumo.
- (D) contra o sistema financeiro nacional.
- (E) contra a propriedade imaterial.

71. Acerca da sociedade não personificada, assinale a afirmação INCORRETA.

- (A) na sociedade em comum, os sócios somente podem provar a existência da sociedade por escrito.
- (B) na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo.
- (C) a constituição da sociedade em conta de participação far-se-á por instrumento escrito, não sendo admitido outro meio de prová-la.
- (D) na sociedade em comum, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares.
- (E) na sociedade em conta de participação, para que o sócio ostensivo admita novo sócio é imprescindível o consentimento expresso dos demais sócios.

72. Sobre as espécies e classes de ações, na sociedade anônima, assinale a afirmação INCORRETA:

- (A) as ações ordinárias de companhia aberta admitem diferentes classes.
- (B) as ações ordinárias de companhia fechada podem ter classes diversas em função da sua conversibilidade em ações preferenciais.
- (C) as ações preferenciais de companhia aberta podem consistir em prioridade na distribuição de dividendos.
- (D) as ações preferenciais de companhia fechada podem consistir em prioridade no reembolso do capital.
- (E) as ações ordinárias de companhia fechada podem ter classes diversas em função da exigência de nacionalidade brasileira do acionista.

73. Acerca dos títulos de crédito, assinale a afirmação INCORRETA:

- (A) o avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, quando no contrato figurar como devedor solidário.
- (B) o título de crédito sem data de emissão presume-se à vista.
- (C) considera-se não escrita no título de crédito a cláusula de juros.
- (D) a transferência do título de crédito implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.
- (E) é vedado o aval parcial.

74. Caso hipotético: Prefeito Municipal viaja até a Capital Federal a pretexto de pleitear verbas para o Município; todavia, seu objetivo é levar a família para passeio. Trata-se, na verdade, de viagem de turismo. Assim, as passagens aéreas, a estada em hotel, refeições em restaurantes e demais despesas foram pagas com dinheiro do Município. A fraude para receber o dinheiro consistiu na utilização pelo Prefeito de nota fiscal falsa de empresa que presta serviços de conserto de retroescavadeiras. A empresa recebeu o dinheiro correspondente à nota fiscal de manutenção de máquinas do Município, simulando conserto de

duas máquinas e o repassou integralmente ao Prefeito. Assinale a assertiva CORRETA em relação ao Prefeito:

- (A) Responderá por crime de peculato-desvio.
- (B) Responderá por crime de corrupção passiva.
- (C) Responderá por crime de emprego irregular de verbas.
- (D) Responderá por crime de prevaricação
- (E) Responderá por crime de peculato-apropriação

75. Considere as assertivas abaixo e assinale a ERRADA:

- (A) Prefeito Municipal que, ilegalmente, dispensa licitação para favorecer empresário amigo seu, com o objetivo de retribuir apoio dado à campanha eleitoral do Prefeito (impressão e distribuição de santinhos), pratica o crime de prevaricação do Código Penal, sem prejuízo do crime licitatório.
- (B) Prefeito Municipal concede alvará de funcionamento de estabelecimento comercial, mesmo tendo recebido relatório contrário pela equipe de vistoria técnica. O ato do Prefeito está motivado por 'presente' dado ao seu filho (um veículo zero Km) pela empresa beneficiada. O Prefeito praticou crime de corrupção passiva.
- (C) Nos crimes contra a Administração Pública não se pune a conduta do agente, quando realizada por omissão, mas apenas na forma comissiva (por ação).
- (D) Funcionário público recebe valores discriminados no seu contracheque e que são evidentemente indevidos, pois referem-se a diárias e somam alto valor, sendo que o agente não realizou viagem alguma. Percebendo o equívoco do órgão pagador, o agente saca o dinheiro todo da conta. Nesta hipótese ocorreu crime de peculato mediante erro de outrem.
- (E) Funcionário público, chefe de repartição, no final do expediente, deixa de trancar a porta do setor pelo qual é responsável e, em razão disso, ocorre um furto de computadores e de dinheiro público que estava na aludida repartição, praticado por funcionário da segurança. Nessa hipótese, o funcionário responsável pela repartição responderá por crime de peculato culposos.

76. Na condição de bacharel em direito, o servidor carcerário ABC, valendo-se da sua qualidade de funcionário público, passou a patrocinar interesses privados alheios à sua função pública perante a Administração Penitenciária, redigindo e acompanhando os trâmites de petições assinados pelos próprios presidiários pleiteando benefícios executórios legítimos. Em face das ostensivas e insistentes intervenções diretas de ABC em gabinetes de colegas, a direção prisional descobriu tais episódios. A conduta caracteriza:

- (A) apenas ilícito administrativo;
- (B) crime contra a Administração da Justiça;
- (C) contravenção penal referente à Administração Pública;
- (D) crime contra a Administração em geral;
- (E) crime de tráfico de influência.

77. O servidor público municipal ABC aproveitou o final de semana para digitar seu trabalho de conclusão de curso universitário, cujo prazo esgotava-se. Depois de iniciá-lo, porém, seu computador apresentou defeitos e deixou de funcionar. Embora ausente qualquer ânimo de apropriar-se de coisa pública municipal, ABC entrou no prédio público, retirou o computador pertencente à Secretaria Municipal de Administração e levou-o para casa, a fim de empregá-lo momentaneamente. Na noite de domingo, o computador foi devolvido espontaneamente, tendo sido colocado no mesmo lugar de onde fora retirado. A restituição da coisa deu-se de forma integral. Considerada a estrutura analítica do crime (elementos do delito), o problema comporta a:

- (A) exclusão da conduta humana punível;
- (B) exclusão da tipicidade;
- (C) exclusão da ilicitude;
- (D) exclusão da culpabilidade;
- (E) exclusão da punibilidade.

78. Faltando exatos quatro meses para o término da legislatura municipal, o vereador Jonas Maia aproveitou-se da posição de Presidente da Câmara de Vereadores para empregar treze cabos eleitorais, visando

a garantir sua nova eleição. Recusando a realização de concurso público, Jonas Maia ordenou tais nomeações para cargos de confiança inexistentes, autorizando os atos, em que pese a ausência de qualquer vaga dentre os cargos comissionados criados por lei. Mensalmente, estas nomeações aumentaram em R\$ 65.000.00 as despesas municipais com pessoal. A conduta ilícita do Edil identifica-se como:

- (A) crime licitatório municipal;
- (B) crime de abuso de autoridade;
- (C) crime contra as finanças públicas;
- (D) crime contra a administração pública em geral;
- (E) crime tributário funcional.

79. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a preclusão e a coisa julgada formal incidem sobre o substituto.
- (B) os efeitos da coisa julgada material não incidirão sobre o substituído.
- (C) o substituto pode reconhecer juridicamente pedidos.
- (D) na legitimidade extraordinária o titular do direito de ação é aquele que se afirma o titular do direito material em jogo.
- (E) a parte é o substituído processualmente.

80. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) será cabível, no juízo de primeiro grau, a antecipação de tutela, ainda que atacado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.
- (B) é cabível tutela antecipada que defira compensação de créditos tributários.
- (C) compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender a execução da tutela antecipada nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes.
- (D) é cabível medida liminar que esgote apenas parte do objeto da ação
- (E) se a título de antecipação de tutela for requerida providência cautelar não poderá o juiz deferir a cautelar em caráter incidental.

81. Assinale a alternativa CORRETA. Não cabe a interposição de embargos infringentes no processo de:

- (A) ação civil pública de improbidade administrativa.
- (B) mandado de segurança
- (C) ação popular.
- (D) medida cautelar.
- (E) ação declaratória.

82. Assinale a alternativa CORRETA. Da decisão de liquidação de sentença cabe:

- (A) apelação.
- (B) agravo retido.
- (C) mandado de segurança.
- (D) agravo de instrumento.
- (E) recurso adesivo.

83. Assinale a alternativa CORRETA. O prazo para oposição de embargos à execução contra a fazenda pública é de:

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 20 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 5 dias.

84. Assinale a alternativa CORRETA. A execução fundada em certidão do Tribunal de Contas:

- (A) pode se dar pelo rito comum do CPC.
- (B) somente pode se dar pelo rito da execução fiscal disciplinada pela Lei n.º 6.830/80.
- (C) deve ser sempre fundada em certidão do Tribunal de Contas inscrita em dívida ativa.
- (D) deve ser proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça em caso de multa aplicada a agentes municipais.
- (E) o credor não tem poder de optar pelo rito da execução do CPC ou da Lei n.º 6.830/80, devendo obrigatoriamente propor a execução pelo rito comum do CPC.

85. Assinale a alternativa CORRETA. Na ação civil pública de improbidade administrativa:

- (A) a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas afasta necessariamente a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8429/92.
- (B) reconhecida a inadequação da ação civil pública de improbidade o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito, independente de não ter procedido a instrução do processo.
- (C) as cominações previstas na Lei n.º 8429/92 devem ser aplicadas cumulativamente.
- (D) a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.429/92 depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- (E) é viável a transação caso a ação tenha sido proposta pelo Ministério Público.

86. Assinale a alternativa CORRETA. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal:

- (A) por maioria absoluta, decidir que a declaração só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado.
- (B) por maioria simples, restringir os efeitos da declaração.
- (C) por maioria de dois terços dos Ministros votantes, estabelecer que a declaração só tenha eficácia a partir do momento que fixar.
- (D) por maioria de dois terços de seus membros, estabelecer que a declaração só tenha eficácia a partir do momento que venha a ser fixado.
- (E) por maioria de dois terços dos Ministros votantes, restringir os efeitos da declaração.

87. O princípio que, a partir de sua incidência no Direito do Trabalho, implica determinadas presunções em favor da parte dita hipossuficiente na relação trabalhista é o da:

- (A) Proteção
- (B) Irrenunciabilidade
- (C) Continuidade
- (D) Razoabilidade
- (E) Boa-fé

88. A sucessão trabalhista e as restrições à contratação por prazo determinado decorrem do princípio da:

- (A) Primazia da realidade
- (B) Irrenunciabilidade
- (C) Continuidade
- (D) Razoabilidade
- (E) Boa-fé

89. A consensualidade, a vinculação a atividade econômica, o trato sucessivo, a onerosidade e a pessoalidade em relação ao empregado são características do contrato:

- (A) De cooperativa
- (B) Individual de trabalho
- (C) De empreitada
- (D) De locação de serviços
- (E) De prestação de serviços autônomos

90. O aviso prévio por despedida sem justa causa:

- (A) É proporcional ao tempo de serviço, à razão de 30 dias por ano trabalhado, sem limite
- (B) É proporcional ao tempo de serviço, à razão de 30 dias por ano trabalhado, limitado a 90 dias
- (C) É de, no máximo, 30 dias
- (D) Pende de implementação, em face da não regulamentação do dispositivo legal respectivo
- (E) Pende de implementação, em face da não regulamentação do dispositivo constitucional respectivo

91. É facultado o saque de saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em caso de:

- (A) Aposentadoria
- (B) Insolvência civil
- (C) Concessão de qualquer auxílio-doença
- (D) Casamento
- (E) Financiamento educacional

92. Assinale a alternativa CORRETA sobre o benefício Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social.

- (A) O valor mensal do benefício será 91% do salário-de-benefício, mais 1% deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, até o limite de 100% do valor da aposentadoria que recebia.
- (B) Será devida, desde a data do óbito, ao conjunto de dependentes do segurado que falecer aposentado ou não, quando requerida até 30 (trinta) dias depois do óbito.
- (C) Será devida, desde a data do requerimento, ao conjunto de dependentes do segurado que falecer aposentado ou não, quando requerida após 60 (sessenta) dias do óbito.
- (D) O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato concorrerá em igualdade de condições com os demais dependentes legais, desde que receba pensão de alimentos inferior a um salário mínimo.
- (E) Quando houver mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais e, extingue-se para o filho pela emancipação, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade ou 24 (vinte e quatro) anos, se solteiro e estiver cursando nível universitário.

93. Sobre o instituto da Desaposentação no Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Permite que o segurado aposentado retorne à atividade laboral originária ou diversa, com prejuízo da percepção do benefício de aposentadoria por idade.
- (B) Envolve a discussão sobre a possibilidade de renúncia do benefício de aposentadoria para computar o período de trabalho e contribuição posterior ao jubramento, a fim de obter novo benefício, mas o tema aguarda julgamento de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal para definir, dentre outros aspectos, o direito de renúncia do benefício atual e a devolução ou não dos valores recebidos a título da primeira aposentação.
- (C) Equipara-se à revisão do benefício de aposentadoria por idade para obtenção de melhor valor desse benefício, em decorrência do acréscimo de contribuições não consideradas na apuração do salário-de-benefício.
- (D) Permite o segurado revisar o benefício de aposentadoria por idade, desde que as novas contribuições ao Regime Geral da Previdência Social sejam para a mesma atividade laboral exercida na época da concessão do benefício originário.
- (E) Não se aplica para aposentadoria por invalidez e de segurado especial, salvo se esta decorre de reabilitação profissional para atividade diversa da exercida à época da incapacidade permanente.

94. No plano do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O salário-maternidade para a segurada especial e a trabalhadora avulsa será sempre no valor do salário mínimo.
- (B) A empresa que pagar o salário-maternidade devido à gestante empregada será ressarcido pelo INSS, mediante apresentação de cobrança anual relativa a todos os benefícios da espécie pagos.
- (C) O salário-família é devido a todos os segurados empregados, na proporção do respectivo número de filhos, até o limite de cinco filhos menores de 14 (quatorze) anos ou inválidos, em valor fixo e atualizado anualmente.

- (D) O salário-família também é devido ao aposentado por invalidez ou por idade, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados legalmente, sendo os valores das cotas fixados nos termos da lei.
- (E) O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, desde que sem condenação definitiva e não receba remuneração da empresa nem estiver em gozo de aposentadoria.

95. No plano do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Na contagem do tempo de contribuição ou de serviço regulado pela Lei nº 8.213/91, não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais, exceto se comprovado o duplo recolhimento das contribuições.
- (B) O tempo de contribuição ou de serviço contado por um sistema para concessão de aposentadoria, poderá ser aproveitado para outro sistema, desde que anterior a edição da Lei Federal nº 8.213/91.
- (C) Os diferentes sistemas de Previdência Social se compensarão financeiramente pela contagem recíproca do tempo de contribuição para concessão dos benefícios na atividade privada, rural e urbana, do Regime Geral de Previdência Social e do tempo de contribuição ou de serviço, na Administração Pública.
- (D) A compensação financeira será feita ao sistema que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício pelos demais sistemas, em relação aos respectivos tempos de contribuição ou de serviço, utilizados para fins do cômputo da carência legal, conforme dispuser o regulamento.
- (E) O tempo de serviço militar, inclusive voluntário, e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, desde que posterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social e desde que não tenha sido contado para inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público, poderá ser aproveitado na aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social.

96. No plano do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É possível a concessão de aposentadoria rural por idade aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher, com a consideração de períodos de contribuição sob outras categorias de segurado, além da atividade rural.
- (B) O trabalhador que deixar de contribuir para a Previdência Social em razão de estar incapacitado para o trabalho, perde a qualidade de segurado, após um ano de gozo de auxílio-doença;
- (C) A data do início do benefício por incapacidade é a data de início da doença.
- (D) A aposentadoria compulsória do homem e da mulher, deve ser requerida pelo segurado empregado que completar 70 (setenta) anos de idade.
- (E) Após os 65 (sessenta e cinco) anos de idade, o segurado fica dispensado da obrigação de fazer exames clínicos para constatação de que ainda se mantém a condição de invalidez.

97. No plano do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A qualidade de segurado é mantida pelo prazo de 6 (seis) meses após a concessão do benefício de incapacidade, podendo ser renovada por igual período, nos termos da Lei nº 8.213/91.
- (B) A qualidade de segurado é mantida pelo prazo de 12 (doze) meses após a concessão do benefício de incapacidade, não podendo ser renovada, nos termos da Lei nº 8.213/91.
- (C) Considera-se segurado obrigatório da Previdência Social o empregado doméstico que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito da residência desta, mesmo que em atividades com fins lucrativos.
- (D) Considera-se segurado especial o produtor de atividade agropecuária, seja proprietário ou arrendatário, residente no imóvel rural e que o explore, individualmente ou em regime de economia familiar, desde que sem auxílio eventual de terceiros.
- (E) Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar, desde que exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

98. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor público ocupante de cargo em comissão vincula-se ao regime próprio de previdência da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que o nomeou, mesmo sem vínculo efetivo com quaisquer desses entes.
- (B) O servidor público ocupante de cargo em comissão pode optar ao regime próprio de previdência da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que o nomeou, mesmo sem vínculo efetivo com quaisquer desses entes, ou ao Regime Geral da Previdência Social, desde que contribua nos termos da lei.
- (C) Atualmente, o exercente de mandato eletivo estadual é considerado segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, independente de ser vinculado a regime próprio.
- (D) Atualmente, o exercente de mandato eletivo municipal é considerado segurado do regime próprio municipal, mesmo que não detentor de vínculo efetivo desse ente público.
- (E) O ocupante de cargo de Secretário Estadual ou Municipal é considerado segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, quando sem vínculo efetivo com a União, Estado, Distrito Federal ou Municipal.

99. Sobre a Assistência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social e suas ações governamentais são custeadas apenas com recursos próprios do orçamento geral da União.
- (B) Os Estados e o Distrito Federal devem vincular-se obrigatoriamente aos programas de apoio à inclusão e promoção social, com até cinco décimos por cento de sua receita líquida.
- (C) O benefício assistencial, nos termos da Lei nº 8.742/93, é devido ao idoso com mais de 60 (sessenta) anos, desde que não possua meios de prover sua subsistência nem tê-la provida por sua família.
- (D) O contribuinte que não ostenta mais a condição de segurado da Previdência Social, somente poderá obter a concessão de benefício assistencial por idade, nos termos da Lei nº 8.742/93, desde que não possua meios de prover sua subsistência nem tê-la provida por sua família.
- (E) O contribuinte autônomo do Regime Geral da Previdência Social que venha a perder a qualidade de segurado, poderá obter a concessão de benefício assistencial, nos termos da Lei nº 8.742/93, desde que não possua meios de prover sua subsistência nem tê-la provida por sua família, caso caracterizada invalidez, mesmo que temporária.

100. Quanto aos dependentes do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A existência de dependente na classe de pais não exclui o direito às prestações previdenciárias de irmão inválido.
- (B) É beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado, o irmão menor de 18 (dezoito) anos ou inválido.
- (C) Para fins de dependência do segurado, o enteado equipara-se ao filho, desde que por determinação judicial e comprovada a dependência econômica na forma do Regulamento.
- (D) O cônjuge e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, têm dependência presumida e concorrem em situação de igualdade ao benefício da pensão.
- (E) A dependência econômica dos pais, cônjuge, companheira ou companheiro, filho menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido é presumida.